



JJCESP PROTOCOLO
0.836.502/14-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
SUBORDINADA, COM PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
FLAFLU PARTICIPAÇÕES S.A.**

São Paulo, 2 de setembro de 2014.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
COM PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FLAFLU PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora:


FLAFLU PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 960, 5º andar, conjuntos 51 e 52 (parte), Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 20.719.524/0001-44 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300467973, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individual e indistintamente, "Debenturista"),

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca, CEP 22.775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33208332526, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

(a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte")

Resolvem, de comum acordo e em regular forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Participação nos Lucros, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da FLAFLU Participações S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de setembro de 2014 ("AGE"), por meio da qual foram aprovadas a Emissão e a realização da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. As Debêntures desta Emissão serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76.

2.1.3. A Oferta Restrita poderá ser objeto de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, exclusivamente para informar a base de dados, condicionado à expedição de diretrizes específicas.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou e aprovou a Emissão e a realização da Oferta Restrita será registrada perante a JUCESP e será publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Diário de Notícias", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no item 7.5 (v) desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis (para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” ou “Dias Úteis” significam quaisquer dias, excetuados os sábados, domingos e feriados declarados nacionais) contados da respectiva data de registro na JUCESP.

2.4. Registro para Colocação Primária, Custódia Eletrônica e Ausência de Registro para Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Títulos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para custódia eletrônica e liquidação financeira na CETIP.

2.4.3. As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado de bolsa ou balcão, motivo pelo qual não serão aplicáveis à Emissora as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.4.4. As Debêntures somente poderão ser negociadas privadamente entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

2.4.5. Sem prejuízo do disposto acima, caso os Debenturistas pretendam alienar ou de qualquer outra forma transferir as Debêntures, a qualquer tempo ou a qualquer título, no todo ou em parte, os Debenturistas deverão primeiramente notificar, por escrito, tal intenção à Emissora, especificando os termos e condições, com base nos quais pretendem transferir as Debêntures, incluindo a quantidade e o preço (que deverá ser necessariamente realizado em dinheiro) e outras condições materiais da transferência desejada. A transferência somente poderá ser realizada com a anuência prévia, por escrito, da Emissora.

CLÁUSULA TERCEIRA
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E FINALIDADE

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 6.245.104,25 (seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e quatro reais e vinte e cinco centavos) na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.3. Quantidade

3.3.1. Serão emitidas 10 (dez) Debêntures.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão será destinada exclusivamente ao aumento de capital social da Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 960, 5º andar, conjuntos 51 e 52, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.434.335/0001-60 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35300392264, única sociedade controlada pela Emissora ("Rico CTVM"), ressalvados os valores correspondentes a custos relacionados à Emissão e os necessários para arcar com os custos operacionais e de manutenção da Emissora, que não deverão ser transferidos para a Rico CTVM.

3.5. Número da Emissão

3.5.1. A Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35300023978 ("Banco Liquidante"). A instituição prestadora de serviços de escriturador mandatário das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São

Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 e registrada da JUCESP sob o NIRE 35300017625 (“Escriturador Mandatário”).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, com intermediação do Banco Caixa Geral – Brasil S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 960, 17º andar, conjuntos 171 e 172, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.466.988/0001-38 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35.3.0036435-0 (“Coordenador Líder”).

3.7.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”).

3.7.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição.

3.7.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, o Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outras, estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada perante a ANBIMA, observado o disposto no item 2.1.3. acima; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme descrito nos itens 2.4.3 a 2.4.5. acima.

3.7.5. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.7.6. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados investidores qualificados os referidos no artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não-qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Investidores Qualificados”).



3.7.7. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.8. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, em até 1 (um) Dia Útil, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.7.9. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados.

3.7.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever as Debêntures.

3.7.11. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA QUARTA **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do item 3.7. acima.

4.2. Data de Emissão

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 5 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").



4.3. Valor Nominal Unitário

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 624.510,425 (seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dez reais, vírgula, quatro, dois, cinco centavos) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade

4.4.1. As Debêntures serão nominativas, escriturais e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos cautelares ou certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador Mandatário, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome dos Debenturistas quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.6. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário, em moeda corrente nacional e em uma única parcela, pelo seu Valor Nominal Unitário, durante o período de distribuição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Data de Integralização").

4.6.2. A subscrição das Debêntures e a obrigação de integralizá-la serão assumidas em caráter irrevogável e irretratável pelos Debenturistas, mediante a assinatura do respectivo boletim de subscrição.

4.7. Prazo de Vigência e Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, com vencimento previsto para 5 de setembro de 2024 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado e pago pela Emissora na Data de Vencimento, salvo no caso de Amortização Extraordinária Compulsória (conforme definida abaixo),



Resgate Antecipado Compulsório (conforme definido abaixo) e/ou Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo).

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado.

4.9.2. Cada Debênture receberá remuneração correspondente (i) a 51% (cinquenta e um por cento) do benefício econômico a que fariam jus os acionistas da Emissora, com relação aos lucros auferidos pela Emissora desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento, caso não houvesse a Emissão, acrescido dos valores necessários para que o ônus da tributação sofrida pelos Debenturistas seja dividido na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) para os Debenturistas e 49% (quarenta e nove por cento) para os acionistas da Emissora, conforme disposto nos itens abaixo ("Remuneração" e "Gross-Up", respectivamente); dividida (ii) pelo número de Debêntures.

4.9.2.1. A Remuneração corresponderá, observado o disposto no item 4.9.2.2. abaixo, a:

- (i) no caso de distribuição de dividendos, outras formas de distribuição de resultados ou de quaisquer outros valores em favor dos acionistas da Emissora (exceto conforme disposto no subitem (ii) abaixo), 188,043% (cento e oitenta e oito, vírgula, zero, quatro, três por cento) do valor total da distribuição aos acionistas;
- (ii) no caso de apuração de juros sobre capital próprio, 106,714% (cento e seis, vírgula, sete, um, quatro por cento) dos valores a serem distribuídos aos acionistas.

4.9.2.2. Os percentuais a que se referem os itens 4.9.2.1, incisos (i) e (ii), bem como o item 4.9.4.1. abaixo, foram calculados, conforme memória de cálculo constante do Anexo 4.9.2.2., considerando-se que, nos termos da legislação em vigor na Data de Emissão, (a) os valores pagos a título de Remuneração aos Debenturistas tributados como instituições financeiras sob o regime do lucro real sofrerão tributação em valor total correspondente a 44,65% (quarenta e quatro, vírgula, seis, cinco por cento) da Remuneração; (b) os dividendos pagos aos acionistas serão tributados à alíquota zero; e (c) os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas sofrerão tributação em valor total correspondente a 43,25% (quarenta e três, vírgula, vinte e cinco por cento) do valor pago. Caso, em virtude de alteração nas normas em vigor após a Data de Emissão, a tributação incorrida pelos Debenturistas tributados como instituições financeiras sob o regime do lucro real, ou pelos acionistas tributados como pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, seja alterada, (i) os percentuais a que se referem os itens 4.9.2.1, incisos (i) e (ii), serão automaticamente ajustados para refletir a nova tributação aplicável; e (ii) as Partes celebrarão, no prazo

de 10 (dez) Dias Úteis, aditamento à presente Escritura de Emissão para alterar o item 4.9.2.1 de modo a fazer constar os novos percentuais.

4.9.2.3. O valor da Remuneração será detalhado em memorial de cálculo que deverá ser entregue ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), sendo que o pagamento tempestivo será exclusivamente de responsabilidade da Emissora.

4.9.3. A Remuneração deverá ser paga em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração ou pagamento aos acionistas da Emissora, o que ocorrer primeiro, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou outra forma de distribuição de resultados pela Emissora aos acionistas ocorrido desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento (cada data sendo, individualmente, uma “Data de Pagamento da Remuneração” e todas as datas sendo, em conjunto, as “Datas de Pagamento da Remuneração”).

4.9.3.1. Somente será devida Remuneração ao Debenturista se houver a efetiva declaração ou pagamento aos acionistas da Emissora, o que ocorrer primeiro, dos dividendos, juros sobre capital próprio ou outra forma de distribuição de resultados pela Emissora.

4.9.4. Caso ocorra o Vencimento Antecipado, o Resgate Antecipado Compulsório ou a Amortização Extraordinária Compulsória, a Remuneração será calculada e paga conforme disposto nos itens 4.9.4.1. a 4.9.4.3. abaixo (“Remuneração Extraordinária”).

4.9.4.1 A Remuneração Extraordinária corresponderá a 65,283% (sessenta e cinco, vírgula, dois, oito, três por cento) do somatório (i) das reservas de lucros da Emissora, (ii) do lucro líquido auferido pela Emissora apurado no período compreendido entre (a) a Data de Integralização, e (b) a data em que for concluída a Alienação da Rico CTVM (conforme definida abaixo) (“Data de Alienação”) ou a Data de Vencimento Antecipado (conforme definida abaixo), conforme o caso (“Período de Apuração”), de acordo com as demonstrações financeiras da Emissora preparadas com base em normas e critérios contábeis vigentes no Brasil, auditadas por seu auditor independente registrado na CVM; e (iii) especificamente no caso de Resgate Antecipado Compulsório, Amortização Extraordinária Compulsória ou Vencimento Antecipado previsto no item 4.15.1, inciso (ii) abaixo, de todos os valores a que a Emissora fizer jus em decorrência da Alienação da Rico CTVM.

4.9.4.2 A Remuneração Extraordinária será devida aos Debenturistas independentemente da declaração e/ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou outra forma de distribuição de resultados pela Emissora.

4.9.4.3. Para fins de apuração da Remuneração Extraordinária, a Emissora deverá providenciar demonstrações financeiras com data-base na Data de Vencimento Antecipado ou a Data de Alienação, conforme o caso. Sem prejuízo do acima exposto, a Emissora deverá providenciar demonstrações financeiras auditadas com data-base na Data de Vencimento Antecipado ou na Data de Alienação, conforme o caso, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data em questão.

4.9.5. Fará jus à Remuneração ou à Remuneração Extraordinária, conforme aplicável, aquele que seja titular das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração, Data de Vencimento Antecipado ou Data de Alienação, conforme aplicável.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, desde que obtenha a expressa anuência prévia dos Debenturistas, resgatar uma parte ou a totalidade das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.10.2. Para fins desta Escritura de Emissão, serão entendidas como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas pelos Debenturistas, com exceção das Debêntures eventualmente detidas em tesouraria pela Emissora ("Debêntures em Circulação").

4.11. Resgate Antecipado Compulsório e Amortização Extraordinária Compulsória

4.11.1. Caso, a qualquer momento desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento, a Emissora deseje alienar a sua participação societária na Rico CTVM ("Alienação da Rico CTVM"), a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas, na forma do item 4.18. abaixo, antes da celebração dos documentos da operação de alienação, informando os termos, condições e valores da operação ("Notificação de Alienação"). No caso de descumprimento, pela Emissora, da obrigação de notificação prévia estabelecida neste item, aplicar-se-á o disposto no item 4.15. abaixo (Vencimento Antecipado).

4.11.2. A partir da data de recebimento da Notificação de Alienação, os Debenturistas deverão manifestar sua concordância ou discordância com a Alienação da Rico CTVM no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que (i) em caso de concordância por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, aplicar-se-ão as regras e procedimentos relativos ao Resgate Antecipado Compulsório ou à Amortização Extraordinária Compulsória, conforme o caso, e (ii) em caso de discordância por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, a Emissora não poderá concluir a Alienação da Rico CTVM, aplicando-se o disposto no item 4.15. abaixo (Vencimento Antecipado) em caso de eventual descumprimento. Para os fins deste item, o



silêncio dos Debenturistas será interpretado como manifestação tácita de concordância com a Alienação da Rico CTVM, de acordo com os termos e condições especificados na Notificação de Alienação.

4.11.3. Na hipótese prevista no item 4.11.2, inciso (i), acima, a Emissora terá a obrigação (conforme determinado nos documentos que formalizam a Alienação da Rico CTVM acordada entre a Emissora e os Debenturistas) de realizar (i) resgate antecipado compulsório da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Compulsório”) ou (ii) Amortizações Extraordinárias Compulsórias, conforme disposto nos itens abaixo.

Resgate Antecipado Compulsório

4.11.4. No caso de pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Rico CTVM de titularidade da Emissora (“Preço de Aquisição”) em 1 (uma) única parcela, a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Compulsório em até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora receber a parcela única do Preço de Aquisição, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração Extraordinária.

Amortizações Extraordinárias Compulsórias

4.11.5. No caso de pagamento do Preço de Aquisição em 2 (duas) ou mais parcelas, a Emissora deverá realizar amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidas da Remuneração Extraordinária, em número equivalente ao número total de parcelas em que se dividirá o pagamento do Preço de Aquisição, exceto pela última parcela de pagamento do Preço de Aquisição (sendo cada amortização uma, “Amortização Extraordinária Compulsória”). A título de exemplo, caso o pagamento do Preço de Aquisição seja realizado em 4 (quatro) parcelas, a Emissora deverá realizar 3 (três) Amortizações Extraordinárias Compulsórias. O saldo do Valor Nominal Unitário verificado após as 3 (três) amortizações será objeto de pagamento aos Debenturistas, acrescido da Remuneração Extraordinária, por meio de resgate antecipado, nos termos do item 4.11.5.5. abaixo.

4.11.5.1. As Amortizações Extraordinárias Compulsórias corresponderão a frações do Valor Nominal Unitário proporcionais às parcelas do Preço de Aquisição, menos a última. A título de exemplo, caso o pagamento do Preço de Aquisição seja realizado em parcelas correspondentes, pela ordem, a 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento), o Valor Nominal Unitário será amortizado na proporção de 20% (vinte por cento) na primeira Amortização Extraordinária Compulsória, 30% (trinta por cento) na segunda Amortização Extraordinária Compulsória e 30% (trinta por cento) na terceira Amortização Extraordinária Compulsória.

4.11.5.2. A Remuneração Extraordinária será paga juntamente e na proporção das Amortizações Extraordinárias Compulsórias, nos termos abaixo, ressalvado o disposto no item 4.11.5.3. abaixo, a respeito do pagamento da primeira parcela da Remuneração Extraordinária.

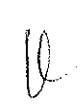
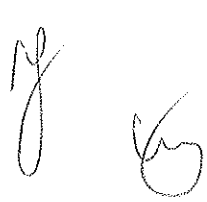
4.11.5.3. A primeira Amortização Extraordinária Compulsória deverá ser paga em até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora receber a primeira parcela do Preço de Aquisição. Juntamente com a primeira Amortização Extraordinária Compulsória, deverá ser paga parcela da Remuneração Extraordinária correspondente a 65,283% (sessenta e cinco, vírgula, dois, oito, três por cento) do somatório (i) das reservas de lucros da Emissora, (ii) do lucro líquido auferido pela Emissora apurado no Período de Apuração, de acordo com as demonstrações financeiras da Emissora preparadas com base em normas e critérios contábeis vigentes no Brasil, auditadas por seu auditor independente registrado na CVM; e (iii) da parte dos valores a que a Emissora fizer jus em decorrência da Alienação da Rico CTVM proporcional ao percentual do Valor Nominal Unitário objeto da primeira Amortização Extraordinária Compulsória.

4.11.5.4. As seguintes Amortizações Extraordinárias Compulsórias deverão ser pagas cada qual em até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora receber as respectivas parcelas subsequentes do Preço de Aquisição, da segunda até a última. Juntamente com tais Amortizações Extraordinárias Compulsórias, deverá ser paga parcela da Remuneração Extraordinária correspondente a 65,283% (sessenta e cinco, vírgula, dois, oito, três por cento) da parte dos valores a que a Emissora fizer jus em decorrência da Alienação da Rico CTVM proporcional ao percentual do Valor Nominal Unitário objeto das respectivas Amortizações Extraordinárias Compulsórias.

4.11.5.5. A Emissora deverá promover o resgate antecipado das Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário verificado após a realização das Amortizações Extraordinárias Compulsórias, acrescido do saldo da Remuneração Extraordinária, em até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora receber a última parcela do Preço de Aquisição.

4.11.5.6. Caso o saldo do Valor Nominal Unitário, após uma Amortização Extraordinária Compulsória, seja igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do Valor Nominal Unitário, o referido saldo do Valor Nominal Unitário deverá ser pago aos Debenturistas, acrescido do saldo da Remuneração Extraordinária, por meio de resgate antecipado nos termos do item 4.11.5.5. acima, não sendo devida nenhuma parcela adicional a título de Amortização Extraordinária Compulsória.

4.11.6. O Resgate Antecipado Compulsório e a Amortização Extraordinária Compulsória, conforme aplicável, serão devidos aos Debenturistas, nos termos acima, independentemente da declaração e/ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou outra forma de distribuição de resultados pela Emissora.



4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação, salvo mediante prévio acordo entre os Debenturistas e a Emissora.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive a Remuneração ou a Remuneração Extraordinária, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, automaticamente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa moratória, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, ambos incidentes sobre as quantias em atraso devidamente atualizadas pela variação positiva do IPCA.

4.14. Garantias

4.14.1. As Debêntures não contarão com garantia real ou fidejussória, por parte da Emissora e/ou de terceiros.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. Observado o disposto nos itens 4.15.2. e seguintes, os titulares das Debêntures poderão, nos termos desta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, dos valores previstos no item 4.15.5. abaixo ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação pecuniária era devida; e
- (ii) conclusão da Alienação da Rico CTVM sem a concordância prévia dos Debenturistas.

4.15.1.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, “controle”, tem o significado atribuído ao termo pelo artigo 116 e artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e inclui o controle direto ou indireto. Os termos “controlado(a)” e “controlador(a)” serão interpretados da mesma forma.

4.15.2. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre a eventual declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas acima mencionada, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.3. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item 4.15.2. acima, Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, haverá Vencimento Antecipado.

4.15.4. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, na hipótese descrita no item 4.15.3. acima, nos termos da Cláusula Nona abaixo, o Vencimento Antecipado à Emissora no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado.

4.15.5. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento aos Debenturistas, em recursos imediatamente disponíveis: (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da (ii) Remuneração Extraordinária, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento pela Emissora da comunicação, por escrito, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.9.4.3. acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. acima. Apenas para fins de esclarecimento, o pagamento dos valores de que trata este item deverá ser integralmente realizado pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado, independentemente do Evento de Vencimento Antecipado que tenha ensejado o Vencimento Antecipado.

4.13.6. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.15.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas

eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador Mandatário para os titulares das Debêntures que não estiverem depositadas em custódia vinculada à CETIP ou na sede da Emissora, conforme o caso.

4.16.2. Todos os pagamentos devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, que devam ser efetuados por meio da CETIP deverão ser comunicados à CETIP com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do respectivo pagamento, com exceção dos pagamentos que devam realizados pela Emissora em datas específicas já previstas nesta Escritura de Emissão.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o Dia Útil imediatamente subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Escritura de Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser objeto de notificação ao Agente Fiduciário, por escrito, no endereço indicado na Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.19. Imunidade do Debenturista

4.19.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo até 10 (dez) dias antes da data prevista para o pagamento de valores referentes às Debêntures, a documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso os Debenturistas não enviem a referida documentação comprobatória, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário farão as retenções dos tributos devidos, conforme o caso, nos termos da regulamentação em vigor.



CLÁUSULA QUINTA
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicáveis, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (i) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita;
- (ii) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem realizados, encaminhar aos Debenturistas cópia dos atos societários da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;
- (iii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão;
- (iv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (v) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (vi) manter válidas e regulares, em todos os seus aspectos relevantes, todas as declarações prestadas na Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão; e
- (vii) guardar, pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, toda a documentação relativa à Emissão.

CLÁUSULA SEXTA
DECLARAÇÕES DA EMISSORA

6.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;



- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a Emissão e a Oferta Restrita, não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento relevante no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação relevante estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos, ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (v) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (vi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (vii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

CLÁUSULA SÉTIMA AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses dos Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:



- (i) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções de forma independente;
- (viii) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (x) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo estatuto social; e
- (xi) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário declara que não presta serviço de agente fiduciário em qualquer outra emissão de debêntures da Emissora.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.



7.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, até a liquidação integral das Debêntures, remuneração correspondente a (i) uma parcela no valor de R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais) a título de implantação, e (ii) parcelas semestrais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela já englobada no valor pago a título de implantação e devida na data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais devidas a cada 6 (seis) meses contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até a liquidação integral das Debêntures.

7.4.1. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou em caso de alteração da Escritura de Emissão após a subscrição das Debêntures ou realização de reunião ou Assembleia Geral de Debenturistas, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, no caso deste trabalho adicional ser desenvolvido em fração de horas, sendo este valor de 1 (uma) hora-homem será pro-rateado à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos Debenturistas e análise das alterações da Escritura de Emissão e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os Debenturistas, (iv) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (v) a execução das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o valor mínimo de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nesta situação e por reunião/assembleia em que o Agente Fiduciário participe.

7.4.2. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.4.3. As parcelas referidas no item 7.4. acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

7.4.4. As parcelas previstas no item 7.4. acima serão acrescidas dos tributos vigentes à época do pagamento e incidentes sobre a remuneração, quais sejam, ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IR (Imposto de Renda) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e outros que porventura venham a incidir, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de

tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços fiduciários pelas instituições financeiras. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, as alíquotas dos tributos mencionados neste item totalizam 39,65% (trinta e nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento).

7.4.5. A remuneração do Agente Fiduciário prevista no item 7.4. acima, não inclui as despesas razoáveis com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, estadias, alimentação, transporte, registros, cópias xerográficas, correios, autenticação de documentos, despachantes para obtenção de certidões, notificação, taxas, emolumentos, e publicação, entre outras, necessárias ao exercício da função de agente fiduciário dos Debenturistas, durante ou após a implantação do serviço, bem como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora, a serem arcadas pela Emissora mediante apresentação de comprovante, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.4.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata die*.

7.4.7. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora mediante apresentação de comprovante. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.4.8. Nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, Resgate Antecipado Compulsório ou Vencimento Antecipado, será devido, na data do pagamento do respectivo evento, o valor correspondente à próxima parcela semestral da remuneração devida ao Agente Fiduciário.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública da comarca da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (ix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, por meio do envio de notificação escrita aos Debenturistas;
- (x) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- (xi) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativo aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social da Emissora:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (g) Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Compulsório, Amortização Extraordinária Compulsória, pagamentos da Remuneração e/ou da Remuneração Extraordinária realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora, conforme aplicável;
 - (h) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (i) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da



Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento de cada exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CETIP;
 - (d) na CVM; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xiii) informar aos Debenturistas, por meio do envio de notificação escrita, que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (xv) coordenar o sorteio das Debêntures na hipótese de realização de Resgate Antecipado Facultativo de parte das Debêntures;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos

interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (xviii) acompanhar com o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (xix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (xx) calcular em conjunto com a Emissora o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, disponibilizando-o aos Debenturistas, e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou em sua página na rede mundial de computadores.

7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas na realização de seu crédito, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar o Vencimento Antecipado e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de Debenturistas.

7.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (iii) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso (iv) acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item 7.6. acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

7.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada,

dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

7.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

7.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

7.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, por meio do envio de notificação escrita.

7.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.



8.7. Sem prejuízo do disposto no item 8.6. acima, somente os Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações propostas pela Emissora, inclusive sobre as seguintes matérias:

- (i) declaração de Vencimento Antecipado nos termos do item 4.15. desta Escritura de Emissão;
- (ii) modificação da Data de Vencimento;
- (iii) modificação da forma de pagamento e/ou dos parâmetros para cálculo de Resgate Antecipado Compulsório, Amortização Extraordinária Compulsória, Remuneração e/ou da Remuneração Extraordinária;
- (iv) eventual Resgate Antecipado Facultativo, nos termos do item 4.10.1. acima;
- (v) modificação do quorum qualificado e/ou de qualquer das matérias estabelecidas neste item 8.7; e
- (vi) modificação de quaisquer termos e condições das Debêntures;

8.8. Quaisquer modificações a esta Escritura de Emissão, inclusive aquelas decorrentes de deliberação dos titulares das Debêntures, deverão ser formalizadas mediante instrumento particular de aditamento por escrito, assinado por todas as Partes e registrado na JUCESP.

8.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.10. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



CLÁUSULA NONA COMUNICAÇÕES

9.1. Todas as comunicações entre as Partes deverão ser sempre feitas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

FLAFLU PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Joaquim Floriano, n.º 960, 5º andar, conjuntos 51 e 52 (parte), Itaim Bibi, CEP 04534-004
São Paulo – SP

Telefone: (55 11) 2505-1900

Fax: (55 11) 2505-1900

E-mail: norberto@rico.com.vc

At.: Sr. Norberto Giangrande

Para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca
CEP 22.775-003

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (55 21) 2490-4305

Fax: (55 21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcetvm.com.br

At.: Sr. Juarez Dias Costa ou Sra. Juliana Vieira Cioni

9.2. As notificações ou comunicações nos termos desta Cláusula serão consideradas entregues: (i) na ocasião em que forem entregues, se entregues pessoalmente; (ii) na ocasião em que forem recebidas, se enviadas por carta registrada ou serviço de *courier* com aviso de recebimento, ou através de via cartorária; ou (iii) na ocasião do recebimento da confirmação de entrega ao servidor do destinatário, se enviadas através de *e-mail*.

9.3. Qualquer mudança nos dados de contato acima deverá ser notificada conforme ora disposto sob pena de ter sido considerada entregue a notificação enviada com a informação desatualizada.



CLÁUSULA DÉCIMA

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou pela Emissora no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Os Debenturistas não poderão ceder as Debêntures, exceto se observados os termos e condições desta Escritura de Emissão. Em caso de cessão das Debêntures, o cessionário das Debêntures passará a fazer jus a todos os direitos descritos nesta Escritura de Emissão, bem como a todas as obrigações, devendo anuir, quando da aquisição das Debêntures, a todos os termos e condições descritos nesta Escritura de Emissão.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, bem como dos atos societários relacionados a essa Emissão, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão e a Debênture constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro"), ficando as Partes cientes, neste ato, de que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

10.7. Esta Escritura de Emissão deverá ser regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

11.1. Qualquer disputa originária ou relacionada a presente Escritura de Emissão entre as Partes (inclusive seus sucessores a qualquer título), inclusive quanto à interpretação ou execução desta Escritura de Emissão, será definitivamente resolvida por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu regulamento de arbitragem em vigor no momento do requerimento de arbitragem ("Regulamento") cujas disposições integram esta Escritura de Emissão, e com a Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.

11.1.1. O tribunal arbitral consistirá de 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) será nomeado pela(s) requerente(s) e 1 (um) pela(s) requerida(s), no prazo a ser assinalado pela CAM/CCBC, de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). Caso haja mais de 2 (duas) partes envolvidas na arbitragem, como requerentes ou requeridas, as partes requerentes, em conjunto, deverão indicar um árbitro e as partes requeridas, em conjunto, deverão indicar o outro árbitro. O terceiro árbitro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, deverá ser escolhido de comum acordo pelos 2 (dois) árbitros nomeados pelas partes requerentes e requeridas, escolha essa que deverá ser feita dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação dos árbitros pela Secretaria do CAM/CCBC. Caso os árbitros escolhidos pelas partes requerentes e requeridas não sejam capazes de designar o terceiro árbitro dentro do prazo acima estabelecido, este será nomeado de acordo com as regras da CAM/CCBC. Também nos casos em que requerente e/ou requerida deixarem de indicar um árbitro, ou, nas arbitragens envolvendo mais de 2 (duas) partes, não chegarem, requerentes e/ou requeridas, a um consenso com relação a indicação de seus respectivos árbitros, caberá ao Presidente do CAM/CCBC fazer a indicação dos árbitros faltantes, nos termos do Regulamento.

11.1.2. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e a sentença arbitral será proferida nessa mesma cidade.

11.1.3. Os procedimentos de arbitragem serão realizados em português, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

11.1.4. As Partes acordam que o procedimento arbitral deverá ocorrer em sigilo, bem como se comprometem a não permitir que terceiros alheios ao procedimento arbitral tenham acesso a quaisquer documentos e informações levados à arbitragem. O Tribunal Arbitral não deverá decidir por equidade.

11.1.5. As Partes poderão pleitear medidas cautelares e/ou de urgência ao Poder Judiciário, antes da constituição do Tribunal Arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares e/ou de



urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao Tribunal Arbitral, que poderá manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. Ações de execução de sentença arbitral poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes, ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Na hipótese de as Partes recorrerem ao Poder Judiciário nos termos desta Cláusula, a comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, será competente exclusivamente.

11.1.6. O CAM/CCBC poderá reunir procedimentos arbitrais pendentes oriundos desta Escritura de Emissão ou de qualquer outro instrumento relacionado firmado pelas Partes nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as Partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

11.1.7. O pagamento das custas da arbitragem será feito em conformidade com o Regulamento, e a responsabilidade pelas custas, incluindo taxas de administração, honorários dos árbitros, de peritos e assistentes técnicos, bem como honorários advocatícios, será definida pelo Tribunal Arbitral na sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

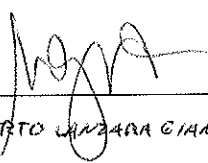
São Paulo, 2 de setembro de 2014.

- assinaturas na página seguinte -

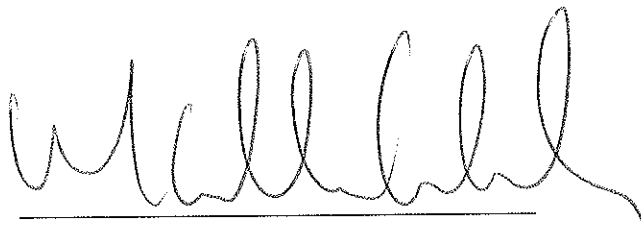


Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Participação nos Lucros, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da FLAFLU Participações S.A. celebrado em 2 de setembro de 2014 entre FLAFLU Participações S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda.

FLAFLU Participações S.A.



Por: NORBERTO LANZA GERAADE JUNIOR
Cargo: DIRETOR



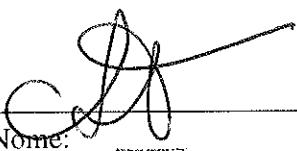
Por: MARCELLO CARDOSO MENDONÇA DE BARROS
Cargo: DIRETOR

GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.




Por: Sergio Alberto Rosenwald
Cargo: Diretor
RG: 2.012.038 IFP
CPF: 030.007.457-34

Testemunhas:



Nome: Amanda Ribeiro Xavier
RG: 27.369.206-9
CPF: 302.183.128-14



Nome: ANDRÉA RADI BELICUAS
RG: RG 22.943.200-3/SP-SP
CPF: CPF 110.831.198-51



ED001502-7/000



Anexo 4.9.2.2

Memória de Cálculo

I. Remuneração devida aos Debenturistas, representada como percentual dos valores pagos aos acionistas, nos termos do item 4.9.2.1(i)

A Remuneração devida aos Debenturistas, representada como percentual dos valores a serem distribuídos aos acionistas nos termos do item 4.9.2.1(i), é dada pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{Ld}{1-Ld}$$

Onde:

- “R” é a Remuneração devida aos Debenturistas, representada como percentual dos valores a serem distribuídos aos acionistas nos termos do item 4.9.2.1(i)
- “Ld” é o resultado da seguinte fórmula:

$$Ld = 51\% * \frac{1}{\left(1 + 51\% * \left(\frac{1}{1-Td} - 1\right)\right) * (1-Td)}$$

- “Td” é o ônus total da tributação incorrida pelos Debenturistas tributados como instituições financeiras sob regime do lucro real, expresso como percentual da Remuneração percebida pelos Debenturistas. Na Data de Emissão, “Td” equivale a 44,65% (quarenta e quatro, vírgula, seis, cinco por cento), correspondendo à incidência do Imposto de Renda (“IRPJ”), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), da Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

II. Remuneração devida aos Debenturistas, representada como percentual dos juros sobre capital próprio (“JCP”) a serem pagos aos acionistas, nos termos do item 4.9.2.1(ii)

A Remuneração devida aos Debenturistas, representada como percentual dos valores a serem distribuídos aos acionistas nos termos do item 4.9.2.1(ii), é dada pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{JCPd}{1-JCPd}$$

Onde:

- “R” é a Remuneração devida aos debenturistas, representada como percentual dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos aos acionistas nos termos do item 4.9.2.1(ii)
- “JCPd” é o resultado da seguinte fórmula:

$$JCPd = 51\% * \frac{1}{\left(1 + 49\% * \left(\frac{1}{1-Ta} - 1\right) + 51\% * \left(\frac{1}{1-Td} - 1\right)\right) * (1-Td)}$$

- “Td” é o ônus total da tributação incorrida pelos Debenturistas tributados como instituições financeiras sob regime do lucro real, expresso como percentual da Remuneração percebida pelos Debenturistas. Na Data de Emissão, “Td” equivale a 44,65% (quarenta e quatro, vírgula, seis, cinco por cento), correspondendo à incidência do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS.
- “Ta” é o ônus total da tributação incorrida pelos acionistas tributados como “holdings” financeiras sob regime do lucro real, expresso como percentual dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos aos acionistas. Na Data de Emissão, “Ta” equivale a 43,25% (quarenta e três, vírgula, dois, cinco por cento), correspondendo à incidência do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS.

III. Remuneração Extraordinária a ser distribuída aos Debenturistas, representada como percentual do somatório (i) das reservas de lucros da Emissora, (ii) do lucro líquido auferido pela Emissora apurado no Período de Apuração, e (iii) nos casos previstos na Escritura de Emissão, de todos os valores a que a Emissora fizer jus em decorrência da Alienação da Rico CTVM, nos termos do item 4.9.4.1

A Remuneração Extraordinária devida aos Debenturistas, representada como percentual do somatório (i) das reservas de lucros da Emissora, (ii) do lucro líquido auferido pela Emissora apurado no Período de Apuração, e (iii) nos casos previstos na Escritura de Emissão, de todos os valores a que a Emissora fizer jus em decorrência da Alienação da Rico CTVM, é dada pela seguinte fórmula:

$$R = 51\% * \frac{1}{\left(1 + 51\% * \left(\frac{1}{1-Td} - 1\right)\right) * (1-Td)}$$

Onde:

- “R” é a Remuneração devida aos debenturistas, representada como percentual do somatório (i) das reservas de lucros da Emissora, (ii) do lucro líquido auferido pela Emissora apurado no Período de

Apuração, e (iii) nos casos previstos na Escritura de Emissão, de todos os valores a que a Emissora fizer jus em decorrência da Alienação da Rico CTVM.

- “Td” é o ônus total da tributação incorrida pelos Debenturistas tributados como instituições financeiras sob regime do lucro real, expresso como percentual da Remuneração Extraordinária percebida pelos Debenturistas. Na Data de Emissão, “Td” equivale a 44,65% (quarenta e quatro, vírgula, seis, cinco por cento), correspondendo à incidência do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS.

– restante da página intencionalmente deixado em branco –

